

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 28

Novembro - 2011

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

| | |
|---------------|---|
| Leis..... | 2 |
| Decretos..... | 2 |

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

| | |
|---------------------|---|
| Jurisprudência..... | 2 |
| Atos Internos..... | 2 |
| Notícias..... | 3 |



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

**PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO**
João dos Passos Martins Neto

**SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO**
Antonio Fernando Athayde Jr.

LEGISLAÇÃO**ESTADUAL***Leis***EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, de 21 de setembro de 2011**

Altera os arts. 13 e 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

LEI COMPLEMENTAR Nº 548, de 19 de outubro de 2011

Altera os incisos II e IV do art. 80 da Lei Complementar nº 381, de 2007.

LEI Nº 15.589, de 11 de outubro de 2011

Altera a redação da Lei nº 12.536, de 2002, que dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/SC e adota outras providências.

LEI Nº 15.595, de 14 de outubro de 2011

Institui a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Santa Catarina, dispõe sobre o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN/SC e estabelece outras providências.

LEI Nº 15.596, de 14 de outubro de 2011

Dispõe sobre a alienação de participação minoritária na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan, e estabelece outras providências.

*Decretos***DECRETO Nº 576, de 3 de outubro de 2011**

Altera dispositivos do Decreto nº 2.445, de 13 de julho de 2009, que institui o Grupo Técnico Científico - GTC - para a avaliação e identificação das causas, efeitos e adoção de medidas preventivas às catástrofes naturais em Santa Catarina.

DECRETO Nº 582, de 13 de outubro de 2011

Altera o Decreto nº 2.128, de 20 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre o alcance dos regimes de tributação relacionados à importação de mercadorias.

DECRETO Nº 583, de 13 de outubro de 2011

Regulamenta a Lei nº 15.570, de 23 de setembro de 2011, que institui o Programa Juro Zero, com o objetivo de incentivar a formalização de empreendedores populares, o investimento produtivo, a promoção da inclusão social e a geração de emprego e renda no Estado.

DECRETO Nº 585, de 13 de outubro de 2011

Altera dispositivos do Decreto nº 3.136, de 19 de março de 2010, que regulamenta os horários e a escala de trabalho no Centro Educacional São Gabriel, pertencente à Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

DECRETO Nº 586, de 13 de outubro de 2011

Altera dispositivo do Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008, que regulamenta a delegação de competência aos Secretários de Estado, Procurador Geral do Estado, Procurador Geral Junto ao Tribunal de Contas e aos Dirigentes de Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual.

DECRETO Nº 587, de 18 de outubro de 2011

Cria a Coordenadoria Executiva de Negociação e Relações

Funcionais (Coner), no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual.

DECRETO Nº 588, de 18 de outubro de 2011

Introduz as Alterações 2.861 a 2.870 no RICMS/SC.

DECRETO Nº 589, de 18 de outubro de 2011

Introduz a Alteração 2.874 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 595, de 18 de outubro de 2011

Altera o Decreto nº 1.246, de 1º de abril de 2008, que institui o Projeto "Fortalecendo as Redes Humanas para a Saúde Integral do Servidor" e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 599, de 18 de outubro de 2011

Dispõe sobre o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 618, de 24 de outubro de 2011

Altera dispositivo do Decreto nº 2.128, de 20 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre o alcance dos regimes de tributação relacionados à importação de mercadorias.

DECRETO Nº 619, de 24 de outubro de 2011

Autoriza a permissão de uso remunerado de imóveis do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev) e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 620, de 25 de outubro de 2011

Estabelece ponto facultativo nos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual.

DECRETO Nº 621, de 26 de outubro de 2011

Regulamenta a Lei nº 306, de 21 de novembro de 2005, aprova o Regulamento do Santa Catarina Saúde e estabelece outras providências.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**JURISPRUDÊNCIA****SUPERIOR TRIBUNAL JUSTIÇA**

AgRg no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 33.928 - SC

Publicação: 27 de outubro de 2011

Relator: Ministro Humberto Martins

Agravante: Lizia Pacheco Porciúncula

Agravado: Estado de Santa Catarina

EMENTA

Processual civil. Servidor público estadual. Concurso público. Divergência entre laudos médicos da junta oficial e os trazidos pelo particular. Instrução probatória. Extinção na origem sem apreciação do mérito. Precedentes do STJ. Possibilidade da via ordinária, art. 19, da lei n. 12.016/2009.

ATOS INTERNOS**PORTARIA PGE/GAB Nº 71, de 7 de outubro de 2011**

Dispensa os recursos nas ações movidas contra o Estado de Santa Catarina cujo pedido for o fornecimento de medicamento, exame, insumo e material ou procedimento médico nos seguintes casos:

I – o prejuízo suportado for unicamente o decorrente do cumprimento da tutela antecipada/liminar revogada, expressa ou tacitamente, com efeitos ex nunc; e/ou

II – condenação, pelo princípio da causalidade, em honorários advocatícios em valor não superior a R\$ 800,00 (oitocentos

reais).

Parágrafo Único. O valor estabelecido no inciso II deste artigo será atualizado pelo índice oficial adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

PORTARIA PGE/GAB Nº 72, de 4 de outubro de 2011

Delega a servidor da PGE competência para autorizar o deslocamento e conceder diárias a servidor vinculado à Procuradoria Geral do Estado, o pagamento de indenização das importâncias despendidas pelos Procuradores do Estado e Procuradores Administrativos, que preencherem os requisitos dos decretos nº 133, de 12 de abril de 1999, e movimentar conta bancária, assinar cheques, ordens de pagamento, autorização de uso de veículo oficial, relatórios de viagem, termos de compromissos, empenhos, estornos, subempenhos, contratos, convênios, protocolo de intenções, os anexos que compõem os balancetes mensais e o balanço geral, da Procuradoria Geral do Estado, do Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reparelhamento – Funjure, a contar desta data.

PORTARIA PGE/GAB Nº 73, de 4 de outubro de 2011

Delega a servidor da PGE competência para, em conjunto com o Diretor de Administração, movimentar conta bancária, assinar cheques, ordens de pagamento, relatórios de viagem, termos de compromissos, empenhos, estornos, subempenhos, contratos, os anexos que compõem os balancetes mensais e o balanço geral, da Procuradoria Geral do Estado, do Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reparelhamento - Funjure, a contar desta data.

PORTARIA PGE/GAB Nº 74, de 19 de outubro de 2011

Autoriza servidores a conduzir veículos oficiais.

PORTARIA PGE/GAB Nº 75, de 19 de outubro de 2011

Designa Procuradora do Estado para integrar a Consultoria Jurídica da Procuradoria Geral do Estado, com atribuição de exercício no Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda.

PORTARIA PGE/GAB Nº 76, de 26 de outubro de 2011

Cria, como órgão vinculado à Procuradoria do Contencioso da Procuradoria Geral do Estado, o Núcleo de Gestão e Prevenção de Ações Repetitivas - Gepar.

PORTARIA PGE/GAB Nº 77, de 26 de outubro de 2011

Designa Procurador do Estado para integrar a Consultoria Jurídica da Procuradoria Geral do Estado, com atribuição de exercício no Gabinete do Procurador-Geral do Estado.

PARECER Nº 217/2011

Origem: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - Iprev

Autor: Loreno Weissheimer

Ementa: Instituto Geral de Perícias - IGP. Aposentadoria especial aos servidores. Necessidade de edição de Lei Complementar Federal. Proibição expressa de concessão de aposentadoria especial por Lei Ordinária Federal nº 9.717/98. Impossibilidade de regulamentação do artigo 80, da Lei Ordinária Estadual nº 15.156/10.

NOTÍCIAS

PGE terá 16 novos procuradores

O grupo gestor do governo do Estado autorizou a nomeação de 16 novos procuradores para integrarem o quadro da Procuradoria Geral do Estado. A decisão foi tomada em 8 de novembro. Dez procuradores devem assumir este ano, e os seis restantes, até fevereiro de 2012. Antes de serem lotados nas procuradorias regionais, no interior do Estado, os novos procuradores farão um estágio de dois meses na sede da PGE, na Capital.